

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

Ocupar, fixar e educar: trabalhadores do interior do Brasil e os projetos governamentais para o Amapá e o Ceará entre os anos 1944 e 1960

LARA DE CASTRO*

Nos arredores da hospedaria Getúlio Vargas, em 1958, um repórter do jornal *Gazeta de Notícias* andava entre um emaranhado de gente, buscando entrevistar retirantes que arribaram dos mais diferentes locais do estado do Ceará. Um homem chamado Manoel Santos foi o primeiro a relatar angustiado ao repórter que a “barriga” estava “vazia”, mesmo assim, ia “tentando esquecer a desgraça”.¹ Adiante, o jornalista seguiu observando o seu entorno e avistou grupos de pessoas que estavam defronte ao casarão, uns “fazendo frugal comida” e outros parados, “esquecendo a miséria do ócio miserável”. Em seguida, resolveu ouvir o depoimento de dois “recém-chegados” do interior. Um deles afirmou que a situação só iria piorar, pois, “ai atrás por esse meio de mundo” vinha “gente que só o diabo”, sendo assim, o outro desabafou, era “o jeito ir-se embora para o Amazonas”².

De certo, esgotados de recorrer à caridade particular, afadigados de esperar recursos em seus locais de moradia e quem sabe até cansados de pedir ajuda do céu, aqueles sujeitos saíram de seus locais de trabalho, esperançando definição para os seus problemas. Ao chegar a capital cearense muitos ficavam “jogados pelos cantos da hospedaria Getúlio Vargas”, amotinados, aguardavam passagens para outros estados, emprego em obras públicas na capital ou no interior e, enfadados, alguns voltavam às ruas, envolvendo-se em saques a propriedades públicas e/ou privadas. No meio de tudo isso, o correspondente do jornal *Gazeta de Notícias* assistia a incontáveis mulheres, homens, adultos, velhos e “meninos despídos e sujos, comidos pelo amarelão, autênticos comedores de barro e areia” que viajariam para a Amazônia.

Conforme o *Correio do Ceará*, os retirantes, antes de embarcar, passavam fome e doenças na hospedaria Getúlio Vargas.³ Homens e mulheres não tinham “direito a alimentação”, às crianças era oferecido “leite do FISI em horário pré-estabelecido”, ao mesmo

* Doutoranda em História Social na Universidade Federal da Bahia. Bolsista da CAPES.

¹ Jornal *Gazeta de Notícias*, 19/03/1958.

² Biblioteca Pública do Estado do Ceará. Setor de Jornais. Jornal *Gazeta de Notícias*, 19/03/1958. Trecho dos versos cantados pelo retirante Manoel Santos. Os demais jornais utilizados nesse artigo também estão localizados no setor de jornais da Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

³ Jornal *Correio do Ceará*, 18/03/1958.

tempo, os “casos de doenças” eram “frequentes”, um “contágio rápido” facilitado pela “promiscuidade”. As situações sanitárias eram as piores admissíveis, era o que discorria o *Tribuna do Ceará*.⁴ O casarão estava dividido em oito pavilhões com capacidade para uma média de mil migrantes. Contudo, naquela ocasião, diversas pessoas já disputavam os corredores, pois a hospedaria já abrigava “três mil cento e sessenta pessoas” e deixava do lado de fora centenas de sujeitos que “choravam a má sorte”. A precariedade higiênica, revelada também pelos esgotos entupidos e mau cheiro insuportável, somada à precariedade alimentar, resultava numa operação catastrófica de muitos casos de moléstias, inanição e morte de uma a duas crianças por dia.

Entretanto, é de se supor, que nada havia de tão atípico e espetacular para o repórter do jornal *Gazeta de Notícias* no quadro que ele presenciou em março de 1958. Centenas de pessoas em meio à fome, miséria e doenças já haviam se retirado em secas anteriores. Estimase que entre os anos de 1942 a 1953 passaram pela hospedaria “do diabo”, oficialmente nominada hospedaria Tapanã, localizada em Belém-PA, 63.000 nordestinos.⁵ Vale ressaltar que não podemos calcular com precisão quantos indivíduos se deslocaram para o norte nesse período, pois muitas famílias migraram por conta própria, dos que receberam o subsídio do Estado. Vários não deram entrada na hospedaria, já que se desviaram do destino ou mesmo desapareceram.

As migrações que ocorriam também fora dos tempos de calamidade climática tinham nas estiagens prolongadas a justificativa ideal para que o Estado tivesse como uma das suas alternativas à aglomeração de retirantes o envio de pessoas para o norte. Os retirantes entornando espaços públicos e privados iniciavam as negociações através de pedidos de comida, vestes, passagens, mas a dosagem apropriada ao socorro, acreditava o governo, era o trabalho. Esse fluxo migratório do norte seco para Amazônia tem um grande apoio do governo imperial no fim do XIX. Mas, com a virada do século e o advento da república, os planos eram cada vez mais fixar o trabalhador exatamente em seus locais de origem.

A ideia de evitar o êxodo faz parte de um anterior projeto de integração nacional, no qual o caminho natural das correntes migratórias deveria ser sempre no sentido litoral-sertão, o contrário, como explana Verônica Secreto, “era visto como um *erro histórico*” (2007: 7). A

⁴ Jornal *Tribuna do Ceará*, 30/04/1958

⁵ Jornal *Gazeta de Notícias*, 23/03/1958.

ocupação do interior é uma preocupação anterior ao Brasil republicano, e nos remete aos tempos da América Portuguesa. Dessa forma, a “marcha para o Oeste”, organizada no primeiro governo Vargas, trouxe novamente à baila a preocupação com a extensão territorial do Brasil. Aliás, proposta que foi direcionada de forma contundente à ampla região amazônica e ao nordeste.

Além do notável fluxo migratório que historicamente une a região do polígono das secas a Amazônia, outras conexões podem ser estabelecidas entre esses espaços, especialmente nos fins dos anos quarenta e nos anos cinquenta, se avaliarmos o projeto de integrar todo o Brasil. Para integrar, porém, era necessário desenvolver, ocupar, fixar, mas não de qualquer maneira, ou não com qualquer tipo de mão-de-obra. Esses braços deveriam estar aptos científico-tecnicamente, culturalmente, socialmente e moralmente para fazer parte do projeto do novo Brasil.

Primeiramente, no intuito de buscar “corrigir” certos desníveis socioeconômicos entre os centros mais dinâmicos e áreas tidas como subdesenvolvidas como o Nordeste e a Amazônia, para unificá-las ao Estado brasileiro, promoveu-se a criação de uma série de agências de desenvolvimento e infraestrutura. Assim, no Nordeste, novos órgãos regionais surgiram já no fim da década de 1940, como a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), a SUVALE (Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e a IFOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas) passou a DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), tornando-se autarquia.

Na Amazônia foram criados o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) em 1952 e a SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia), criada em 1953, tendo na agricultura uma das alavancas para o “processo de racionalização do trabalho e das relações sociais em geral” (LOBATO, 2011: 118). Da mesma forma, na década de 1950, criou-se o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia, visando facilitar linhas de crédito, empréstimos e outras questões financeiras.

Assim sendo, no Nordeste se discutia a desigualdade regional como entrave ao desenvolvimento do país, elencando como principais medidas “a industrialização autônoma”, a “transformação da economia agrícola das faixas úmidas” e “das zonas semiáridas”, debates

que resultaram na criação da SUDENE, em fins da década de 1950 (LIMA, 2009: 113-114). Já na Amazônia, uma das ideias era ultrapassar o atraso que as atividades extrativistas imprimiam à região e, para isso, o Plano de Colonização elaborado pela SPVEA organizou a criação de cerca de vinte colônias agrícolas, visando superar aquilo que se dizia serem os maus hábitos e vícios do nomadismo e dos métodos impróprios de lida com o solo, impregnados no trabalhador local (LOBATO, 2011: 119).

A partir de 1956, com o presidente Juscelino Kubistchek, outras iniciativas se fortaleceram. No sudeste o Plano de Metas priorizou a indústria com foco na implantação do parque automobilístico em São Paulo. Enquanto isso no Nordeste e na Amazônia, objetivando ligar áreas “isoladas” ao “centro” do país, ocorreu a intensificação da construção de rodovias, absorvendo grandes parcelas orçamentárias. De modo geral, portanto, acreditava-se que o desenvolvimento econômico nacional seria o resultado do fortalecimento da indústria e de alguma transferência de capital para regiões “periféricas” (ALMEIDA, 2009: 73), fossem pelo investimento em projetos de fomento da economia agrícola, fosse pela abertura de novas estradas, fosse pelo investimento na educação para o trabalho, fosse pela implantação de centenas de obras públicas nas capitais e no interior.

Dentro dessa lógica, o Ceará foi transformado num grande canteiro de obras nas décadas de 1940 e 1950. O DNOCS e o DNER, tiveram um salto quantitativo orçamentário, principalmente através dos créditos especiais do programa emergencial de combate as secas, já que em momentos de estiagem se sustentavam no argumento salvacionista de espalhar frentes de serviços para permitir o acesso à água e empregar os trabalhadores. Assim sendo, rodovias, ferrovias, pontes, escolas, igrejas, hospitais, redes de energia elétrica, campos de pouso foram construídos, principalmente para facilitar o acesso e fornecer infraestrutura aos canteiros das obras consideradas mais importantes: os açudes.

Nesse tempo, o Ceará – como todo o Nordeste – foi dotado de uma larga infraestrutura hídrica, porém, mal distribuída. A famigerada solução hidráulica já havia resultado no acúmulo de muita água até os anos 1950 e o pensamento era que qualquer estiagem que abalasse os sertões não surtiria tanto efeito, já que existiam cerca de 6,7 milhões de metros cúbicos represados (ALMEIDA, 2009: 72). Entretanto, mesmo que o abastecimento de água por si só pudesse resolver os problemas advindos de uma seca, boa parte desse recurso concentrava-se em propriedades privadas, atendendo a interesses de particulares.

Portanto, donos de terras, dentro desse contexto de aceleração e desenvolvimento, continuaram a ser favorecidos com verbas e obras em suas propriedades sob a argumentação de combater as estiagens e fornecer ocupação aos trabalhadores desempregados pela seca.

Dessa forma, o DNOCS e o DNER corporificaram a política de abastecer o Ceará com obras. Espalhar construções pelo interior do país também era um reflexo da sede por integração e ocupação dos espaços, obsessão que percorre a década de 1940 e 1950, refletida no governo de Juscelino Kubitschek também na construção de Brasília. Portanto, não somente o Nordeste era uma região sedenta de unidade nacional. A Amazônia – e também o centro-oeste – com seus supostos “vazios” demográficos e territoriais reforçava, no discurso oficial, a antiga dualidade sertão-litoral que tinha amparo em estudos políticos, científicos e literários. Tudo que não era litoral era sertão e as incursões no interior do Brasil pareciam “marcar o momento fundador da nação” (SECRETO, 2007: 19).

O Nordeste e a Amazônia, com efeito, faziam parte do Brasil sertanejo miserável, iletrado, atrasado frente ao Brasil litorâneo soberbo, europeizado e erudito. A criação do Território Federal do Amapá – e de outros Territórios Federais⁶ – aconteceu, entre outros, sob a argumentação de aproximar aquela distante área fronteira, necessitada de amparo aos moldes litorâneos, do restante do país. Preocupados com a ocupação e a defesa territorial, o desenrolar do projeto de federalizar o Amapá era um reflexo de uma antiga equação positivista do XIX, que ganhou reforço desde o Estado Novo: conhecer, prever e agir.

Dessa maneira, o plano de atuação estadonovista nacional era igualmente intervencionista e centralizador para o Amapá. Mas, além disso, “as ambições do governo territorial conjugavam-se com os auspícios da política federal para a Amazônia”. Era o momento de romper com a mística do lugar de “cenários maravilhosos”, ou com o “lugar de clima tórrido e inapropriável a qualquer civilização – ou civilizados”, com o objetivo de “integrar definitivamente o Amapá à nação brasileira por meio da construção de um sentimento de cidadania”. (PAZ, 2011: 25-26).

Entretanto, é bom lembrar que essa obsessão por afastar o atraso de algumas áreas do Brasil e aproximar esses mesmos lugares via integração e desenvolvimento, assim como não

⁶ Juntamente com o Território Federal do Amapá (desmembrado do estado do Pará), foram criados mais quatro territórios federais por meio do Decreto-Lei nº 5812 de 13 de setembro de 1943, todos em áreas de fronteira: Rio Branco, desmembrado do Amazonas; Guaporé e Ponta Porã, desmembrados do Mato-Grosso e Iguazu, desmembrados do Paraná e de Santa Catarina.

foi inaugurado pelo Estado Novo de Vargas, também não finda com esse governo. Durante a década de 1940, mas também em 1950, essas ideias circulavam entre meios políticos e intelectuais e são avigoradas, seja por meio da retomada de antigos projetos, seja pela reelaboração ou pela criação de novos planos.

O Estado nesse período também tinha planos cuidadosamente arquitetados para os trabalhadores do “não-litoral”. Um deles era mantê-los exatamente em seus locais de origem, e, se resolvessem migrar que fosse para outras áreas consideradas do interior brasileiro, como aconteceu na *Batalha da Borracha*.⁷ Até porque, a temida inversão do fluxo de correntes de povoamento poderia causar um esvaziamento da reserva de mão-de-obra do campo, algo que prejudicava a ambicionada integração, num plano geral, e abastecimento de alimentos nas cidades, os interesses de grupos políticos, donos de propriedades fundiárias e de outros negócios, no plano local.

No Nordeste, especificamente no Ceará, o estímulo do governo era para que a população não se deslocasse. Depois da *Batalha da Borracha*, no qual foi realizada uma intensa propaganda para que levas de homens migrassem para os seringais, a ordem voltou a ser a da recusa da saída desses braços do Ceará. Enquanto isso, na Amazônia era necessário ao mesmo tempo instigar o trabalhador que já habitava a região, tão conhecido pelo seu nomadismo “nato”, a permanecer nos lugares não-capital, como também “ocupar” mais ainda os espaços com outros sujeitos.

Acreditava-se, em resumo, que as obras públicas iniciadas ao grito de cada seca, organizadas especialmente pelo DNOCS, cumpriam dois importantes papéis no Nordeste. Primeiramente, carregavam a missão de ocupar o sertão e manter aí fixo o trabalhador rural que poderia se deslocar por conta das estiagens, provocando ao mesmo tempo saques e invasões às propriedades públicas e privadas e o despovoamento desta área. Da mesma forma, contribuíam também para superar, principalmente através da solução hidráulica, o problema natural das estiagens, uma dos entraves ao desenvolvimento da região.

Dentro dessa lógica, na seca de 1951, as obras avolumavam-se. O diretor da divisão técnica do DNOCS, engenheiro Rômulo Campos, justificou a construção do grande açude

⁷ *Batalha da Borracha* foi um programa de emergência que aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial para tentar suprir o déficit da borracha nos Estados Unidos. Nesse contexto, muitos trabalhadores, especialmente nordestinos, foram arregimentados para labutar nos seringais da Amazônia. Estima-se que cerca de 50.000 indivíduos migraram para o Norte e desses quase metade desapareceu ou morreu. Cf. SECRETO, 2007.

Araras como projeto de “primordial importância para o Estado do Ceará”, “em vista do grande afluxo de trabalhadores” que procurava ocupação durante a estiagem.⁸ Ao mesmo tempo, quando o Araras fosse erigido, a zona norte do estado estaria preparada “contra os efeitos das secas”, já que o açude se configuraria num centro de trabalho com possibilidades de receber “considerável número de pessoas” em atividades de cultura em vazantes, piscicultura e irrigação. Fora isso, serviria ainda para abastecer os núcleos urbanos mais próximos e evitar prejuízos “aos proprietários de terras”.

Entretanto, por mais que obras tenham sido iniciadas em diversos cantos do Ceará objetivando ocupar retirantes e evitar a saída da mão-de-obra para outros estados, elas não foram suficientes para abarcar a cifra de necessitados desocupados pela seca. Os problemas ocasionados pelas escassas vagas de empregos nas construções frente ao número de pessoas necessitavam delas, chegaram aos ouvidos do governo no Rio de Janeiro. Aquele excedente de braços do campo poderia ir embora, exatamente o que o Estado não desejava naquele momento. Desse modo, José Américo, Ministro da Viação e Obras Públicas de 1951-1954, tornou urgente “uma campanha” para “acudir” toda “área desprotegida” do semiárido, já que “clamavam todos por soluções locais” que inviabilizasse a saída de “famílias inteiras” dos seus estados de origem (ASPÁCIA, 1984: 5).

Em junho de 1953, o diretor geral do DNOCS afirmou em relatório que, em decorrência da seca, encaminhou-se um “maior número de desempregados às obras públicas”.⁹ Em 1958, O DNOCS também sugeriu abrir frentes de serviços “onde maior fosse” a “aglomeração”, procurando aproveitar retirantes “em obras tão próximas quanto possível” dos seus locais de moradia, “a fim de evitar o êxodo”.¹⁰ Entretanto, assim como o DNOCS, O

⁸ Acervo 1ª DR do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Açude Araras. - 4. Correspondência enviada pelo engenheiro Rômulo Campos ao Diretor Geral do DNOCS. 11 de agosto de 1951. O Diretor Geral responde de acordo no mesmo documento em 20 de agosto de 1951.

⁹ Biblioteca do DNOCS. PASSOS, José Candido Castro Parente Pereira. Boletim agosto de 1959. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, p.113

Outros estados também receberam muitas obras sobre o pretexto de alistar sertanejos desempregados. Entre as obras do plano de emergência no estado da Bahia estavam, por exemplo, os açudes Jucuruci com três milhões quinhentos mil cruzeiros de verba, Ceraíma com dotação geral de quatro milhões de cruzeiros, Sohen, Champrão, Serrote e Cocorobó. Acervo 4ª DR do DNOCS. Salvador(BA). Pasta açude Ceraíma. Telegrama enviado do 4º distrito de obras ao diretor geral Francisco Saboia. 16.04.1953

¹⁰ Biblioteca do DNOCS. PASSOS, José Candido Castro Parente Pereira. Boletim agosto de 1959. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP. N.2. vol.18, p.113 .

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem recebeu “instruções para reter” o retirante¹¹, alegando a urgência de “dar trabalho aos flagelados para impedir o êxodo desordenado e tumultuado para o sul”. Dessa forma, o Estado também apontou o trabalho nas frentes de serviço como alternativa à desocupação periódica e à fome dos rurícolas, porém atendendo ao objetivo de fixar o homem no campo.

De qualquer maneira as obras contra as secas guardavam intenções inconfessáveis. Ao Estado cabia evitar uma retirada volumosa de pessoas do interior dos seus locais de origem para outras cidades. Até porque com o êxodo a produção da agricultura mercantil seria fortemente abalada, já que os trabalhadores do campo plantavam para sua subsistência, mas também cultivavam em terras alheias, produtos a serem comercializados, com um baixo custo para os donos de terras. Transformar os açudes em pequenos centros de trabalho por meio da implementação de culturas em vazantes, piscicultura, irrigação, como verificamos na justificativa da construção do Araras citada acima, era, portanto, uma tática para fixar o sertanejo em seus locais de labuta.

Se no Ceará – como em todo Nordeste – as obras públicas, especialmente as organizadas pelo DNOCS, eram um dos mais fortes instrumentos do Estado na busca por fixar trabalhadores rurais, no Amapá – como em grande parte da Amazônia, o projeto das autoridades era povoar o interior por meio da transformação dos espaços em grandes fronteiras agrícolas (LOBATO, 2011). Avaliando o famoso “Discurso do Rio Amazonas”, encontramos relevantes chaves para o entendimento dos projetos agrários que serão desenvolvidos ao longo dos anos quarenta e cinquenta no Amapá e em outros estados nortistas. No entanto, por mais que esse discurso de Vargas seja do ano de 1940, é interessante pontuar que ele perdurou, sendo utilizado como coluna para elaborar argumentação sobre a região durante muitos anos. Exemplo disso é a publicação utilizada como fonte nesse artigo, pois ela faz parte de uma coletânea de discursos publicada em pleno Regime Militar.

Getúlio Vargas defendia vigorosamente na sua explanação que era necessário ocupar para progredir, com estímulo para que esse povoamento fosse alavancado pelo “colono nacional e pelo próprio homem amazônida”. Entretanto, o “nomadismo do seringueiro e a

¹¹ Biblioteca do DNOCS. PASSOS, José Candido Castro Parente Pereira. Boletim agosto de 1959. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Ministério da Viação e Obras Públicas, p. 36.

instabilidade econômica dos povoados ribeirinhos” deveriam “dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada”, se fixasse com “saúde e conforto” juntamente à sua família. (VARGAS, 1968: 10).

Nas palavras do próprio presidente, o pioneirismo do nordestino teria cumprido relevante papel, “abrindo trilhas de penetração” num território com baixa densidade demográfica. O “colono nacional” que se fixaria com seus parentes nos “núcleos de cultura agrária”, com toda a sua suposta abnegação, continuaria a colaborar com a missão redentora de ocupação dos lugares “vazios”. Entretanto, dois anos depois, Vargas recua no seu discurso recrutando para a *Batalha da Borracha* homens solteiros para uma atividade eminentemente extrativista que é o trabalho nos seringais.

Mas, antes de tudo, era hora de investir também no capital humano local, “técnica e disciplinadamente”. Essa ação contribuiria valorosamente para o “ingresso” dessa “terra do futuro” no “campo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora” (VARGAS, 1968: 10). As “seculares técnicas indígenas” de lida com o solo, portanto, “deveriam ser substituídas pelas modernas técnicas agrônômicas”, pois tornar esse sujeito um “civilizado” seria “um fator positivo de povoamento e valorização da Amazônia” (LOBATO, 2011: 116).

Mesmo que o Estado Novo fosse caracteristicamente intervencionista e centralizador, o que tornou esse período diferente do mandato de Vargas no início dos anos 1950, as ideias do presidente sobre a ocupação da Amazônia através da criação de uma fronteira agrícola, retornam em 1953 com a criação da SPVEA e a elaboração de um plano de colonização. Esse projeto “previa formação de colônias e a manutenção das existentes”. Dessa forma, já existiam nove colônias agrícolas no Território do Amapá em 1954: Matapi, Mazagão, Oiapoque, Ferreira Gomes, Jari, Calçoene, Macacoari, Cassiporé e Santo Antônio da Pedreira (LOBATO, 2011: 119).

Essas colônias deveriam prioritariamente utilizar a mão-de-obra “dos grupos populacionais que já viviam na Amazônia” (LOBATO, 2011: 118), e isso, certamente, servia também para as nove colônias implantadas no Amapá. Ou seja, esses núcleos agrícolas, estavam calhados justamente, entre outros, num projeto nacional de fixar o trabalhador do interior em seu lugar de origem.

O INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) potencializou a implantação das colônias agrícolas no país. No Amapá, assim como em outras locais onde foram

implantadas colônias, acreditava-se que esse plano resolveria o problema do “vazio” demográfico que “o povoamento espontâneo havia criado”. Assim, o Amapá seria incorporado à Nação se o Estado fosse exitoso em seu “trabalho de fazer coincidir fronteira econômica com fronteira agrícola” (LOBATO, 2011: 124). Garantir que o fluxo migratório seguisse o desejável rumo litoral-sertão através da colonização agrícola era garantir o povoamento de todo território nacional.

A necessidade de povoamento e fixação dos trabalhadores concorria para a ocupação dos territórios do sertão do Brasil, tarefa tida como uma das mais importantes no projeto de integração nacional. No Ceará, a percepção das estiagens como fenômeno natural que tornava o lugar atrasado pelo ambiente inóspito, era algo que seria controverso apenas de modo parcial pelo uso do saber técnico-científico. Mesmo num meio considerado, sazonalmente, inapropriado para viver e labutar, o governo não considerava o sertão cearense tão vazio assim. O medo era do despovoamento que as secas poderiam ocasionar. Por isso as iniciativas eram organizadas mais no sentido de fixar os retirantes em obras públicas pelo interior nos tempos de calamidades climáticas.

No Amapá, diferentemente do Ceará, o habitat era considerado rico, fértil, produtivo, mas o espaço carecia de mais trabalhadores diante do tamanho das áreas “vazias”. Assim, o governo acreditava ter a natureza como aliada, mas precisava reunir esforços para além contornar o prejudicial nomadismo da população local, atrair outros sujeitos para ocupar os lugares necessitados de mão-de-obra para prosperar.¹² Numa terra supostamente fecunda para trabalhar, as colônias agrícolas desempenhariam o papel tanto de fixar, como de atrair novos colonos. Era interesse do Estado que lugares como o Amapá e o Ceará fixassem seus trabalhadores em seus domínios. Embora políticas diferentes tenham sido elaboradas diante das especificidades de cada lugar, um problema une não só o Amapá e o Ceará, mas as populações amazônidas e nordestinas do interior: a formação de um trabalhador equiparado à grandeza da Nação brasileira.

¹² De acordo com Sidney Lobato, em seu texto “Os descaminhos da fortuna”, não muito tempo depois dos trabalhadores abrirem seus roçados nas colônias agrícolas, percebia-se que o solo não era o “maravilhoso” propagandeado pelas políticas governistas. Dessa forma, o estado e os seus representantes, nesse caso os técnicos, ficavam embaraçados e os colonos adotavam uma prática por séculos, utilizadas pelos povos indígenas: cultivos itinerantes, ou seja, o nomadismo. (LOBATO, 2011: p 120-137).

O trabalho, nesse contexto, representava a preparação para uma nova ordem social que pudesse superar especialmente o atraso no qual se defendia que o Nordeste – também a Amazônia – estava submetido. Uma ordem que poderia ser reforçada através de novos hábitos de trabalho e vida e, oportunamente, no caso do Ceará, esperava-se que as frentes de serviço funcionassem como uma escola em plena crise climática.

O senador Otacílio Jurema em discurso pronunciado no Senado Federal alega que não se poderia “falar de maneira alguma numa recuperação econômica da região nordestina, sem paralelamente” cuidar de fornecer “trabalho às numerosas famílias pobres”, para que se tornassem “uma parcela atuante da produção nacional”. “Sem esse estímulo elementar” que lhes garantisse “a sua integração aos hábitos da vida modesta das populações melhor bafejadas”, não seria “possível jamais mudar o quadro desse cenário de horrores” (JUREMA, s/d: 182). Eloy de Sousa também alega que os problemas sociais seriam remediados com “a organização do trabalho disciplinado, seguido e metódico”. Ele acrescenta que a “inferioridade” do sertanejo enquanto trabalhador tinha “por causa a doença ou a insuficiência de alimentação, quando não” era “a própria fome” que o prostrava “inválido para qualquer esforço” (SOUSA, s/d: p. 12;18).

A seca representava um entrave que seria sobrepujado se fosse garantido trabalho ao nordestino. Com isso, ele seria um sujeito atuante na conquista do progresso nacional e, além disso, seria integrado a valorosos e aspirados “hábitos de vida”. Contudo, o nordestino carecia não de qualquer afazer, mas de um trabalho “disciplinado”. Isso porque bem se sabia que o sertanejo nordestino estava acostumado a trabalhar para garantir a subsistência, juntamente com a família, num ritmo próprio. Sua maneira de organizar o tempo era pautada pela natureza e pelos costumes, o nascer do sol e o pôr do sol, o tempo de arar, plantar e colher, o tempo de inverno, o tempo de seca, também o tempo da feira, de festa e do santo protetor. Algo que não combinava com o metodismo pretendido nas falas acima.

As obras contra as secas com suas disciplinas de tempo, espaço e hierarquia, aproximadas ao ritmo das fábricas, colocavam os retirantes frente a frente com outro mundo, cumprindo, entre outros, o objetivo de educar o cearense para uma nova ordem de trabalho. Entretanto, vale ressaltar que os alistamentos nas obras carregavam primeiramente a promessa de fornecer serviço a trabalhadores dispersos pelas secas. Dessa forma, elas acabavam cumprindo um duplo papel, em “seus aspectos pedagógicos”, mantinham os retirantes

ocupados, sendo aí o trabalho um “antídoto à criminalidade e à mobilização indesejada” (NEVES, 2006: 126), ao mesmo tempo que propagavam o desejo de reformar o elemento humano local mediante hábitos citadinos, “civilizados” e disciplinados de trabalho.

Para Tomaz Pompeu Sobrinho, porém, o sertanejo que migrava pela seca vivenciava “transições e conflitos culturais, provocados pelo contato com ambiências diferentes” quando tinha que largar “o seu acanhado meio social”, abandonando também parte dos “seus sentimentos, o valor de si mesmo, as suas aspirações”. “Inevitavelmente”, o retirante perdia “uma parcela mais ou menos apreciável do seu *self* anterior”. Passado o período de seca, mesmo o retirante que voltava ao seu “lar antigo”, trazia “na alma” lembranças e até “estigmas dos conflitos que experimentou”, já não era mais “integralmente aquela personalidade que emigrara um ou dois anos antes”.

Esse sujeito passava a ter ambições diferentes, “sentimentos e concepções mais ou menos” desconexas das que tinha ao partir. “Já se não harmoniza tão perfeitamente com o antigo meio social em cujo seio se criara”, pois “na maioria dos casos, com as novas experiências,” perdia “supertições nocivas”, trazendo “apreciáveis elementos culturais estranhos impressos indelevelmente em potencial na sua personalidade”. Tudo isso desencadeava no “progresso, sobretudo na ordem econômica, política, artística e científica ou técnica”, mas, evidentemente não existiam só ganhos, “estas vantagens” podiam “vir à custa de uma sensível depressão na ordem religiosa e moral” (SOBRINHO, 1982: 58-59).

O sertanejo era tido como um indivíduo que ao deixar sua terra abria mão de seus valores, sentimentos e desejos frente aos conflitos culturais postos pelas novas “ambiências”, podendo até tornar-se violento por isso. No entanto, acreditava-se também que as duras lidas poderiam contribuir com o avanço desse sujeito, pois passado o período de estiagem, as experiências agregadas modificavam, mesmo sendo desarmônicas aos costumes dos sertanejos, suas vidas positivamente.

De certo, o trabalhador do semiárido era visto como um sujeito dócil, pacato, mas a seca e a fome poderiam motivar a mudança de seu humor e emoções. Existia o temor de que o meio físico, que já era tido responsável pela ignorância e atraso, somasse-se à fome, enlouquecendo mais ainda os instintos e, em contato com um novo meio social, padrões religiosos e morais fossem abalados. Daí o antídoto na medida certa para sujeitos desocupados foi o trabalho, melhor ainda por ser disciplinado sob uma nova ordem que vinha

dos ares citadinos. Ademais, longe de se esvaziar de seus sentimentos e desejos, as experiências dos trabalhadores do campo enquanto vaqueiros, agricultores, artesãos e domésticos não eram desenraizadas, pois ocorria a manutenção de muitos traços da lida rural do campo nas relações de trabalho das frentes de serviço.

O novo ideal político no Amapá de meados dos anos 1940, representado por Janary Nunes, também tinha como um dos principais pilares a valorização do trabalhador local. Entretanto, da mesma forma que pensava para o Ceará, a ideia era superar a lógica do trabalho pautada pela necessidade adjacente da subsistência, desenvolvendo e levando o progresso ao Amapá pelas mãos de um novo trabalhador. Ocorre que, as populações amapaenses desempenhavam atividades extrativistas, a partir de um arsenal técnico considerado rudimentar “para produzir excedentes comercializáveis com o ritmo e o volume de produção que seriam exigidos por um mercado capitalista em expansão” (PAZ, 2011: 26).

Ou seja, do mesmo modo que era importante investir no trabalhador local, era preciso superar os seus hábitos incipientes de lida com a terra. Afinado a essas ideias, Alfredo Gama, em sua passagem pelo Oiapoque, registra algumas impressões sobre o modo como caboclo realizava suas atividades, segundo ele:

O caboclo do Oiapoque é demasiado moderado e de uma calma imperturbável: apesar de ser bom atirador, e mesmo que a munição custe muito caro como alegam, a carne, a pele da caça adquirida, [se quisessem] daria um bom negócio. Mas ele é teimoso e não sai desse princípio: uma vez morta meia dúzia de caças, ele pára; põe a espingarda ao ombro e fuma tranquilamente seu cigarro e calmamente começa a volta rumo à margem [do rio] [...] Assim trabalha o caboclo do Oiapoque para garantir o sustento da família que, na maioria, é composta dele, a mulher e uma dúzia ou mais de filhos. (GAMA, 1947: 47-48)

A principal motivação desse trabalhador parecia ser a garantia da subsistência, a precisão primeira e vital de se alimentar. Então, sempre trabalhava de acordo com a necessidade, sem uma rigorosa disciplina e num ritmo ditado por eles mesmos. O trabalho não seguia uma rigorosa marcação da hora, pois era muito mais ritmado pelo amanhecer e anoitecer, pela hora de fazer as refeições, pelo tempo do descanso, sempre pelejando de acordo com o indispensável àquele momento. O importante era garantir o sustento da família e não acumular para gerar lucro, citando Thompson, o nexos do tempo parecia se “desenrolar pela lógica da necessidade” (THOMPSON, 1998: 271).

Essa maneira de administrar o suas atividades não seria admissível num projeto que visava a educação pelo trabalho em busca de novos e valorosos costumes que edificasse a própria vida. Dessa maneira, o próprio Janary Nunes reconhecia que o caboclo não era, ainda, o “tipo ideal” de trabalhador que se aspirava, mas isso decorria principalmente das más condições de vida e da falta de investimento que garantisse boa alimentação, saúde e incentivo a boa moral e costumes. Pois, quem

o vê tremendo de frio aos dez dias de nascido, e o acompanha crescendo com a cultura permanente em seu sangue do plasmodium vivax, do falsiparum, devorado pelos vermes, [...] pode considerar o vigor desse ser que venceu tremendas batalhas interiores. [...] Alimentado irracionalmente, analfabeto, verdadeiro pária, amarelo e encolhido no meio das pessoas civilizadas, transforma-se num semi-deus ao contato com a natureza [...]. Se conseguirmos, porém, conservar as vidas que se perdem em razão do abandono e da ignorância, [...] estaremos multiplicando o homem indicado para o domínio da terra equatorial.³⁰ (Jornal Amapá, 16/3/1946)

Desse modo, era necessário dotar o trabalhador do Amapá de um vigor físico, controlando as endemias e a má alimentação. Mais do que isso, desejava-se reformar os costumes tradicionais”. Com isso, o indivíduo local estaria pronto para, segundo o discurso de Vargas para a Amazônia, “conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando sua força cega e sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada” (VARGAS, 1968: 11). Fora isso, “o caboclo ainda cumpriria uma importante função: preservar a integridade das fronteiras, garantindo a posse nacional de territórios limítrofes, como o Amapá” (PAZ, 2011: 28).

Na década de 1950, o plano de tecer um novo trabalhador ganhou reforço com a implantação da nova frente de exploração de mineração em pleno solo amapaense desde o fim dos anos 1940. Por mais que a companhia responsável por esse negócio – Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI) – não fosse um empreendimento do Estado, ela estava em sintonia com as ideias vigentes aqui discutidas, sobre a necessidade de preparar o trabalhador amazônida para um novo universo do trabalho. A ICOMI, aliás, pretendia, “principalmente criar um tipo específico de operário e família dotados de valores baseados na atribuição de papéis e deveres de acordo com o gênero e uma nova ética de trabalho capitalista-industrial.” A ambição por progredir, ocupar, fixar e “civilizar”, certamente motivou todo apoio político dado por Janary Nunes àquela empresa ao longo do seu governo (PAZ, 2011: 17).

Contudo, por mais que não seja o foco substancial desse artigo, é bom lembrar que os trabalhadores cearenses e amapaenses reelaboraram formas de sobrevivência frente a esses planos governamentais de ocupar, fixar e educar para o trabalho. Eram sujeitos acostumados a um mundo de trabalho cujo fim principal, não por isso único, era assegurar o alimento. Trabalhavam em terras próprias ou alheias num princípio de cooperação familiar. Lutavam num ritmo particular e próprio, com suas ferramentas e em serviços que já estavam habituados, conheciam e dominavam. Embora não se possa avaliar totalmente o impacto que esses projetos políticos do Estado tiveram no cotidiano das pessoas, sabe-se que possivelmente ocorreram mudanças de hábitos, novos valores foram agregados, mas os costumes de vida e de trabalho não foram assimilados de forma abnegada pela população.

A influência que o governo amapaense pretendeu exercer sobre seus trabalhadores, de certa forma, foi prejudicada pela intensa migração provocada pelas frentes de mineração que contribuíram para que novos espaços de sociabilidade, que nada combinavam com o projeto do Estado, surgissem na capital e no interior. Ambientes como Doca da Fortaleza, Porto Platon, Porto Santana e Terezinha “tornaram-se o palco de disputas e relacionamentos amorosos frequentes entre operários e meretrizes, brigas, bebedeiras e acertos de contas, enfim, tudo o que o poder público e a companhia pretendiam eliminar definitivamente.” (PAZ, 2011: 18)

Já no Ceará a diferença entre a lida agropecuária e os trabalhos nas obras emergenciais, que se aproximavam sobremaneira aos termos de um processo de trabalho industrial – ritmo acelerado de trabalho, horários definidos, divisão de trabalho, a hierarquia e a obediência aos chefes – destoavam dos costumes do sujeito do interior, afeiçoado ao trabalho no campo. Por isso, mesmo que novos ofícios fossem aprendidos dentro das frentes, modificando também muitos hábitos dos sertanejos, ao primeiro sinal de chuvas, os retirantes retornavam para o seu trabalho habitual, esvaziando as obras.

O saber técnico-científico a serviço do poder político tentou incluir hábitos e costumes através de preceitos à cultura desses sujeitos, especialmente do trabalho, mas a coexistência não foi fácil.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Beto. O século do DNOCS. **Revista Conviver Nordeste Semiárido**. v.1 n.6 DNOCS/BNB-ETENE. 2009.
- ASPÁCIA, Camargo. **O Nordeste e a política**: diálogo com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CAMBRAIA, Paulo Marcelo da Costa. **Na ilhargá da fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão**: os significados dos regatões na vida do Amapá (1945-1970). Belém: Açai, 2008.
- CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. Ecos de blasphemias e ranger de dentes: trajetórias migrantes Ceará-Amazônia e o ofício dos paroaras. (1852-1877). **Revista Embornal**. Ano I, Nº 1, Janeiro de 2010, Ceará.
- CARDOSO, Antonio Alexandre I. **Nem sina, Nem acaso**: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico. (1847-1877). Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, Fortaleza-CE, 2011.
- CASTRO, Lara de. **“Avalanches de flagelados” no sertão cearense**: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas. (Série Conviver nº. 12). Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2010.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. 20. Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: N. 19, ano 7, jun. de 1992.
- ESTEVAM NETTO, José. **DNOCS Ontem e hoje** – sustentáculo da nascente civilização da seca. João Pessoa, 1987.
- GAMA, Alfredo. **Um rio a serviço de dois povos**. Belém, 1947,
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.
- GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**: o Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS, 1981.
- JUREMA, Otacílio. Discurso pronunciado no Senado Federal. 19/11/1957. In: ROSADO, Vinth-um, ROSADO. **América**. 12º Livro das secas. Ed. Especial para o acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção mossoroense. P. 182. Acesso: www.coleçãomossoroense.org.br/acervo.
- LEAL, Maura. **A (onto)gênese da nação nas margens do Território Nacional**: o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956). 2007. 179f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2007
- LIMA, Claudio Ferreira. A Questão Regional. **Revista Conviver Nordeste Semiárido**. V.I. N.6 DNOCS/BNB-ETENE. 2009.p.113-114.
- LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá (1944-1956). Belém: Paka-Tatu, 2009.

- LOBATO, Sidney da Silva. Os descaminhos da fortuna: a política de colonização no Amapá (1940-1958). In: OLIVEIRA et.al. **Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá**. Belém: Açai, 2011.
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- PAZ, Adalberto J. F. Capital, trabalho e moradia em complexos habitacionais de empresa: Serra do Navio e o Amapá na década de 1950. In: OLIVEIRA et.al. **Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá**. Belém: Açai, 2011.
- PAZ, Adalberto J. F. **Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)**. Dissertação de Mestrado. IFCH-Unicamp. 2011
- SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Perseu Brama, 2007.
- SILVA, Moacir M. F. Os Territórios Federais (novo capítulo da geografia das fronteiras do Brasil). **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, Ano I, n. 10, jan. 1944.
- SOBRINHO, Thomaz Pompeu. **História das Secas (século XX)**. Mossoró: Coleção Mossoroense, volume CCXXV, 1982.
- SOUSA, Eloy. **Calvário das secas**. Ed. Especial para o acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção mossoroense. Disponível em <www.colecaomossoroense.org.br/acervo>
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: companhia das letras, 1998.
- VARGAS, Getúlio. O discurso do rio Amazonas. In: **Operação Amazônia (Discursos)**. Belém: SUDAM, 1968.
- WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993.